

Estado reforça segurança pública com nomeação de 599 novos servidores para a Polícia Civil

Qui 27 abril

Com 599 novos servidores nomeados nesta quinta-feira (27/4), a [Polícia Civil de Minas Gerais \(PCMG\)](#) amplia sua força de trabalho e, conseqüentemente, a segurança pública no estado.

Os atos oficiais de nomeação dos aprovados em concursos em vigor para as carreiras policiais e administrativas foram assinados pelo governador Romeu Zema e publicados no Jornal Minas Gerais. [Clique aqui](#) para acessar.

Do total de servidores, 69 passam a integrar o quadro de delegados de polícia; 257 de escrivão de polícia; 170 de investigador de polícia; três de perito criminal; dois de médico-legista; 36 de analista da Polícia Civil; e 62 de técnico assistente da Polícia Civil. Todas as nomeações são referentes a editais publicados em outubro de 2021 (carreiras policiais) e abril de 2022 (administrativas).

Chefe da PCMG, a delegada-geral Letícia Gamboge pontua a importância do incremento dos recursos humanos na instituição para a segurança pública mineira. “Damos as boas-vindas aos novos servidores com a certeza de que Minas Gerais é o estado mais seguro para se viver”, ressalta, ao informar que a Polícia Civil está mobilizada para receber os novos servidores.

Os próximos passos são a posse dos nomeados, que deve ocorrer no prazo de 30 dias, e a convocação para o Curso de Formação Técnico-Profissional, promovido pela PCMG por meio da Academia de Polícia Civil (Acadepol-MG).

A previsão é a de que até novembro deste ano a capacitação seja concluída e todos, após devida preparação, possam exercer, na prática, as respectivas atribuições legais.

Fortalecimento

Ao longo dos últimos quatro anos (2019 a 2022), a PCMG teve um incremento de 1.594 novos servidores, fortalecendo os trabalhos de polícia judiciária e de prestação de serviços nas diversas regiões de Minas Gerais.

Conforme anunciado pelo [Governo do Estado](#) em 23/3/2023, as nomeações foram autorizadas devido à vacância de cargos das carreiras policiais e administrativas da Polícia Civil ocorrida nos últimos anos em virtude de aposentadorias, falecimentos e exonerações de servidores.

O recurso para as nomeações vem do Tesouro Estadual e será destinado ao pagamento dos novos servidores a título de despesa com pessoal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal possibilita a reposição de força de trabalho em áreas essenciais como segurança, com a nomeação de excedentes em concursos desde que haja vacância de cargos.